

O PAPEL DO ENSINO NA DESCONSTRUÇÃO DE PADRÕES DE DOMINAÇÃO QUE OPRIMEM CORPOS E IDENTIDADES RACIALIZADAS

Audinéia Batista Silva, Fernanda Pereira da Silva, Mariana Raposo Batista

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) / Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Eixo Temático: Cidadania e Direitos Humanos

Introdução

A educação brasileira ocupa um lugar estratégico na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades raciais. Historicamente, o ensino atuou como mecanismo de manutenção da colonialidade, privilegiando epistemologias eurocêntricas e silenciando identidades racializadas. O presente resumo expandido fundamenta-se na compreensão de que o currículo escolar, ao marginalizar saberes afro-brasileiros, africanos e indígenas, contribui para a manutenção de estruturas de poder excludentes. A promulgação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 representa um marco normativo relevante, fruto das lutas do Movimento Negro Unificado. Contudo, ainda persistem desafios para a sua efetiva implementação, o que demanda práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antirracista e decolonial capaz de superar o racismo institucional.

Objetivos

Refletir de forma crítica sobre o papel do ensino como instrumento de desconstrução de padrões de dominação racial, analisando a educação antirracista como caminho para a valorização das identidades, dos saberes ancestrais e para a promoção da emancipação dos sujeitos historicamente subalternizados.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão narrativa de legislações educacionais (Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08) e produções acadêmicas sobre colonialidade, racismo e currículo. O aporte teórico baseia-se em autores fundamentais como Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Frantz Fanon, Aníbal Quijano e Lélia Gonzalez. A análise dos materiais ocorreu de forma interpretativa e temática, permitindo a articulação crítica entre a teoria social, o contexto histórico brasileiro e as práticas educacionais contemporâneas.

Discussão

O estudo evidencia que a escola, enquanto instituição social, historicamente reproduz hierarquias raciais (colonialidade do poder), reforçando o epistemicídio ao deslegitimar conhecimentos não-europeus. A análise recupera a crítica de Sueli Carneiro sobre como instituições coloniais e religiosas forjaram a ideia de "não-ser" e a suposta incapacidade cognitiva da população negra. Autores como Fanon e Quijano auxiliam na compreensão de que o racismo atravessa o campo educacional produzindo exclusões simbólicas e materiais, sustentadas pelo que Florestan Fernandes denunciou como o "mito da democracia racial". Nesse cenário, a educação decolonial e o letramento racial não são apenas exigências legais, mas estratégias de sobrevivência e reconstrução de subjetividades. O ensino deve atuar no enfrentamento dessas violências, transformando a escola em um espaço de aquilombamento, onde a diversidade é valorizada e novas epistemologias e sentidos de existência são produzidos.

Considerações Finais

Conclui-se que a educação antirracista e decolonial é indispensável para a transformação social. A efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 exige compromisso institucional, formação continuada de docentes e revisão crítica do currículo. É necessário superar a colonialidade reconhecendo os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pelas comunidades tradicionais. Esse processo demanda uma postura docente crítica, pois, ao assumir o combate ao racismo como princípio estruturante, a escola fortalece seu papel de garantir dignidade, memória e justiça social, consolidando-se como espaço de emancipação e afirmação de identidades historicamente silenciadas

Palavras-chave: Educação Antirracista; Colonialidade do Currículo; Identidade Racial; Decolonialidade; Ensino.